

ANEXO X



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA INSCRIÇÃO OU DA ALTERAÇÃO DO QSA NO CNPJ

Ilmo Sr. Delegado da Receita Federal em \_\_\_\_\_

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE NO CNPJ

( ) DA INSCRIÇÃO

( ) DA ALTERAÇÃO NO QSA

Eu, \_\_\_\_\_, CPF  
Nº \_\_\_\_\_, venho apresentar o pedido acima, tendo em vista simulação  
no ato cadastral no CNPJ \_\_\_\_\_, tendo em vista que não  
realizei inscrição ou alteração do QSA da entidade na Junta Comercial, nem constituí firma individual,  
e, portanto, não assinei nenhum documento referente a esta e, se assinei, fui ludibriado, pois  
desconhecia o conteúdo do documento.

Para fazer prova, anexo os seguintes documentos: (Assinalar S/N)

( ) documento de identificação;

( ) documento emitido por órgão de segurança pública (certidão, Boletim de Ocorrência – BO,  
entre outros) comprovando o roubo, extravio ou utilização indevida de documentos da pessoa  
física;

( ) cópia do ato constitutivo ou alterador no qual a pessoa física foi incluída na pessoa jurídica,  
registrado no órgão competente (MEI está dispensado da apresentação deste documento);

( ) instrumento de procuração pública ou particular e documento de identificação do procurador,  
se for o caso;

( ) laudo de perícia grafotécnica e depoimento do requerente e/ou testemunhas, se houver;

( ) cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviço  
relativo ao período em que a pessoa física foi incluída na pessoa jurídica, ou outros documentos  
que mostrem indícios ou que comprovem a ocorrência da simulação na constituição ou alteração  
no CNPJ, se houver.

Declaro, ainda, que as informações aqui relatadas correspondem à expressão da  
verdade e que estou ciente da penalidade prevista no **Código Penal** quanto à falsidade ideológica.

**CÓDIGO PENAL – Art.299** – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante:

**Pena** – reclusão, de 1(um) a 5(cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1(um) a 3(três) anos, e multa, se o documento é particular.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DE SEU REPRESENTANTE LEGAL

Endereço Atual:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Telefone para Contato: \_\_\_\_\_